

JUSTIÇA *Ministro defende 'necessidades concretas' e critica 'branco amigo' de indígena, em referência a ONGs*

# Para Gregori, é melhor falar com índio

Lula Marques - 15.abr.2000/Folha Imagem



Dias, que defendeu a unificação das polícias por 'consenso'

da Sucursal de Brasília

O novo ministro da Justiça, José Gregori, fez uma crítica velada às organizações não-governamentais ao afirmar que é melhor conversar "com índio" do que "com branco amigo de índio".

"O índio não tem posição ideológica, é a posição de quem tem necessidades concretas, não intuídas por um europeu que tem ar-condicionado ou (que fica) ao lado da lareira em um país alpino", disse o ministro à Folha.

Gregori se referia às reivindicações levadas por líderes indígenas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na semana passada.

Entre outros pontos, eles querem o apoio do governo para aprovar o projeto do Estatuto das Sociedades Indígenas, que tramita há nove anos no Congresso.

Apoiados por ONGs, os índios organizaram uma agenda alternativa de protestos, para o dia 22, data das comemorações oficiais

dos 500 anos do Brasil.

Gregori tomou posse na sexta-feira passada. Entre suas prioridades está a criação de um "observatório das polícias". O órgão teria como função avaliar o desempenho das polícias nos Estados.

Segundo Gregori, a avaliação teria um "poder indutor de melhoria" similar ao do provão — exame utilizado pelo Ministério da Educação para aferir a qualidade das universidades.

O projeto de unificação das Polícias Civil e Militar nos Estados, por enquanto, se limitará à tentativa de criar um comando único. "Antes da unificação, é preciso haver um esforço harmônico para que haja integração. A tal unificação, se tiver de surgir, virá em uma hora em que não seja discussão ideológica, mas consenso."

Com fama de conciliador, Gregori quer resolver pelo diálogo a disputa no governo pelo controle da repressão ao narcotráfico. A opinião do ministro sobre o tema,

contudo, bate de frente com o que pensa o general Alberto Cardoso, principal assessor militar de FHC.

"A repressão, nos termos da Constituição, é da Polícia Federal. Não há razão para dúvida."

Há um ano, o Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo general Cardoso, e a PF, subordinada ao Ministério da Justiça, vêm se digladiando pelo controle da repressão ao narcotráfico.

Na pasta de Cardoso, a avaliação é que a PF está tomada por grupos políticos corporativos, precisa ser reestruturada e está mais preocupada em realizar apreensões que resultem em divulgação para o órgão do que em combater o crime organizado.

Para controlar a repressão ao narcotráfico e coordenar o trabalho de diversos órgãos nessa ação, FHC criou a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), ligada à Presidência e subordinada ao gabinete de Cardoso. A PF não aceita prestar contas a um órgão de

inspiração militar e alega que dividir o comando prejudica a repressão ao narcotráfico.

Por causa da disputa, os dois últimos ministros da Justiça, que mediram força com o general Cardoso, deixaram o cargo. Na terça-feira passada, José Carlos Dias caiu depois de divergência pública com o então titular da Senad, Wálter Maierovitch. Pressionado, Maierovitch pediu demissão no dia seguinte.

Para Gregori, é necessário corrigir a redação do decreto que criou a Senad, que acabou gerando uma superposição de tarefas do órgão e da PF. O general Cardoso confirma que haverá alteração no decreto, mas afirma que ele será mais bem explicado e que as atribuições da Senad não mudarão.

Sobre o interesse do PMDB em sua pasta e uma eventual futura substituição, Gregori afirmou que duvida que alguém do comando do partido tenha previsto isso. "Não recebi uma interinidade."

Fonte	17/4/2000 Pg 1-9
Data	18/09
Class.	

Documentação